

Semiótica e Enunciação: considerações teóricas

Hermano de França Rodrigues¹

Resumo: O homem, pela interação, experimenta a vida como uma permanente colisão e coalizão de grupos e valores, um contínuo fluxo e refluxo de conceitos conflitivos e concordantes. Enunciar é fazer parte de um universo estruturado, no qual todos se colocam, frequentemente, em oposição e diálogo. Este trabalho pretende apresentar os fundamentos enunciativos da semiótica greimasiana. Para tanto, debruçamo-nos sobre as estruturas discursivas – etapa do percurso gerativo de sentido – evidenciando seus componentes sintáticos e semânticos.

Palavras-chave: Semiótica; enunciação; estrutura.

Abstract: The man, interaction, experience life as a permanent collision and coalition of groups and values, a continuous ebb and flow of conflicting and consistent concepts. Outlining is part of a structured universe in which everyone is often put in opposition and dialogue. This work aims to present the fundamentals of enunciation greimasian semiotics. To this end, we focused on the discursive structures - step generative process of meaning - showing their syntactic and semantic components.

Keyword: Semiotics; enunciation; structure.

Résumé: L'homme, l'interaction, expérience la vie comme une permanent collision et coalition de groupes et de valeurs, un flux continu et la circulation des concepts contradictoires et cohérentes. Décrivant fait partie d'un univers structuré dans lequel tout le monde est souvent mis en opposition et le dialogue. Ce travail vise à présenter les principes fondamentaux de l'énonciation sémiotique greimassienne. À cette fin, nous nous sommes concentrés sur les structures discursives - étape processus génératif de la signification - montrant leurs composants syntaxiques et sémantiques.

Mots-clés: Sémiotique; enunciation; structure.

¹ Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas; do Programa de Pós-Graduação em Letras Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Preliminares

O estatuto de ciência da significação, alcançado pela semiótica durante a década de 60, advém dos trabalhos do linguista Algirdas Julien Greimas. Com sua *Semântica Estrutural* (1966), ele introduziu uma semiótica, de natureza linguística, altamente influente e produtiva, que se tornou o núcleo de uma escola semiótica, a *École de Hautes Études em Sciences Sociales* de Paris. O teórico se opunha, radicalmente, ao conceito comum de semiótica como ciência dos signos, uma vez que essa concepção impedia que a “nova” ciência ultrapassasse os limites das descrições intuitivas e filosóficas. Seu objetivo, aliás, era fazer com que a Semiótica galgasse novos “degraus” em direção às análises discursivas. Para tanto, renuncia a mera descrição da comunicação e investe, forçosamente, na exploração do sentido. Instituem-se, a partir daí, outras reflexões epistemológicas e novos métodos de apreensão dos universos semiológicos: rompe-se a barreira da frase, perpassa-se o texto até atingir o discurso. A linguagem, nessa esfera, não mais é apreendida em suas realizações fragmentadas e dessubstanciadas, e sim, como uma rede de relações essencialmente significativas, o que elimina, de vez, a simples concepção de língua enquanto sistema de signos encadeados.

Na definição greimasiana, a Semiótica constitui, então, uma teoria que integra o processo comunicativo (assentado, agora, na perspectiva da ação e da competência dos sujeitos enunciativos) a um processo muito mais amplo: o engendramento da significação. Esta, por sua vez, deve ser concebida não como um *a priori* já substancialmente construído, que se revela integralmente e de forma homogênea, mas, antes, e, sobretudo,

como o resultado de articulações do sentido. Recuperar, reconstituir os sentidos que se circunscrevem no discurso é o fim primeiro de todo semioticista, que tem no texto não o seu objeto, mas o seu instrumento de trabalho. Eis, a declaração de Cortina & Marchezan:

É essa constituição do sentido que a semiótica busca expressar, opondo-se, portanto, ao posicionamento de que sobre o sentido nada se pode ou se deve dizer, por ser evidente ou intraduzível, recusando também a paráfrase, pessoal, impressionista, a interpretação intuitiva (2004: 394).

As inquietações da semiótica residem, pois, na explicitação do modo por meio do qual os sentidos se manifestam e se constroem discursivamente; em outras palavras, para se extrair o “dito”, debruça-se inicialmente no “como”. Pretende-se chegar não aos sentidos convencionalmente verdadeiros, frutos de abstrações, mas, antes, àqueles que, no interior do discurso, aparecem como veridictórios, simulacros da realidade. Considerando a produção de sentidos como uma formação significativa, Greimas concebe a descrição desta através de um percurso gerativo, simulacro metodológico do ato real de produção significante, que vai do mais simples e abstrato até o mais complexo e concreto. Esse percurso, ao levar em consideração a organização imanente do discurso, focalizando suas dependências internas, tende a constituir um modelo que, em linhas gerais, pode ser operacionalizado em qualquer unidade textual. Em outros termos, a descrição da significação, em etapas, configura um padrão de previsibilidade comum a textos de natureza diversa: verbais, não-verbais e, sincréticos, cujas textualizações são compreendidas e examinadas por semióticas específicas.

Na axiologia do percurso gerativo da significação, sobre o qual a semiótica se debruça para construir os sentidos do texto, salienta-se o

nível discursivo, o patamar mais próximo da manifestação textual. Embora concebido como o segmento superficial do percurso, sua operacionalização se efetiva preponderantemente nas subjacências da concretude linguística, ou seja, detém-se no discurso, entendido como processo semiótico constituído exclusivamente *na* e *pela* atividade enunciativa. Convém, nesse momento, lembrar a distinção entre as acepções de texto e discurso. Ambos conservam uma mesma materialidade linguística, um mesmo conjunto de estruturas (verbais ou não) ordenadas a partir dos mecanismos pragmáticos de coesão e coerência. A divergência entre eles não reside, assim, no caráter de sua composição, mas no olhar que o sujeito, historicamente situado, lhe impele: uma sucessão de unidades sógnicas deixa de ser texto para se tornar discurso, quando o leitor/ouvinte passa a focalizar o propósito de suas intenções, a observar as ideologias que o sustentam, em outras palavras, a vislumbrar os vestígios que o processo de enunciação deixou na tessitura do texto.

Na organização discursiva da narratividade em língua natural, deve-se fazer uma separação terminológica e, sobretudo, funcional entre os entes envolvidos no processo enunciativo-discursivo. O primeiro a ser caracterizado é o autor, o ser que assina o texto escrito ou se responsabiliza pela produção oral. É um sujeito empírico, de existência real, passível de ser reconhecido fisicamente. Sua atualização somente se efetiva, em instância discursiva, quando se instala como enunciador. Nessa posição, assume o posto de agente produtor e organizador do universo enunciativo. Ele abstrai, em conformidade com o espaço sociocultural em que se insere, os signos e as estruturas linguísticas construídos historicamente em sua memória e atribui, a seu significado

geral, um sentido específico, convergente com ideologia que carrega. É, na verdade, um proto-sujeito que percebe e sente, que expressa por meio de discursos sua visão de mundo, suas intenções e, principalmente, sua ideologia. Assim como o autor que, ao se instaurar numa situação comunicativa, faz aparecer, pressupostamente, as categorias de leitor/ouvinte, a função intrínseca de enunciador promove a instalação pressuposta e dialética do enunciatário.

Em termos semióticos, o discurso é o resultado da conversão das estruturas narrativas, quando estas se projetam na voz do sujeito da enunciação, que faz determinadas escolhas, de ordem sintática (pessoa, tempo e espaço) e de natureza semântica (tema e figura), fazendo expandir a narrativa e transformando-a, através de sua enunciação, em instância discursiva. Consoante Barros:

O discurso nada mais é, portanto, que a narrativa ‘enriquecida’ por todas essas opções do sujeito da enunciação, que marcam os diferentes modos pelos quais a enunciação se relaciona com o discurso que enuncia (1990: 53).

Componentes Sintáticos

Cabe à SINTAXE do discurso estudar as projeções da enunciação no enunciado (fator desencadeante e ordenador do discurso) e as relações entre enunciador e enunciatário. A enunciação configura, numa primeira demarcação, como a instância de intercessão entre o patamar narrativo e o discursivo, que assegura, por assim dizer, a conversão da competência em *performance*, das estruturas semióticas virtuais em categorias realizadas sob a forma de discurso. É, unicamente, por meio dos traços e marcas deixados neste, que a enunciação pode ser

reconstruída e, a partir daí, servir de instrumento para a extração dos possíveis valores sobre os quais ou para os quais o texto foi construído.

Quando se engendra um discurso-enunciado, estabelece-se, pressupostamente, um contrato fiduciário entre enunciador e enunciatário, que determina a verdade ou não do texto. Esse pacto de confiança mútua comporta dois preceitos. O primeiro prescreve como o enunciatário deve perceber o texto do ponto de vista da verdade e da realidade. Há procedimentos enunciativos, específicos de cada cultura ou grupo social, que impõem formas de interpretação do discurso, direcionando a leitura rumo à verdade ou à mentira. Em dados universos culturais, narrativas que trazem o rótulo de “histórias de pescador” são agraciadas com o título de mentirosas, carregam consigo o gérmen da desconfiança, da descrença. Os contos, infantis ou não, que se constroem a partir do enunciado “*Era uma vez...*” são considerados irrealis, frutos das coerções imaginativas. As histórias populares, principalmente aquelas concernentes ao romanceiro popular, são tomadas como verdadeiras para aqueles que compartilham dos valores, das crenças por elas veiculadas. No entanto, trazem os signos da ficção, da invenção, do imaginário para aqueles que se encontram distantes desse universo, para os que não participam ativamente do macro-universo popular. As fábulas de *La Fontaine* ou aquelas adaptadas por *Monteiro Lobato*, no *Sítio do Pica Pau Amarelo*, continuaram, à semelhança de Esopo, a transmitir uma lição de moral por meio da elocução de animais e/ou de seres inanimados, o que, aparentemente, denota um certo caráter irreal. No entanto, esses personagens agem como humanos, seus sentimentos e atitudes são reais e, por isso, explicitam conteúdos verdadeiros.

O segundo preceito, ainda sobre o dispositivo veridictório do texto, determina como o enunciatário deve entender o discurso-enunciado, partindo da informação superficial, encerrada pelos significados gerais dos elementos constituintes da estrutura, ou seja, o conteúdo dito, o posto; ou o contrário, recuperando aquilo que jaz sob as unidades significantes, o dizer. Existem estratégias discursivas que assinalam se um dado enunciado deve ser interpretado como X, alicerçando, com isso, um contrato de identidade, ou como um *não-X*, estabelecendo, a partir de então, um vínculo de contrariedade.

Se numa situação específica, enuncia-se a estrutura “*Muitos animais encontram-se em extinção*”, é evidente que o enunciador almeja que tal enunciado seja concebido como H. Todavia, quando um adolescente diz “Levei bomba na prova”, quer que o produto de sua enunciação seja interpretado como *não-H*. O termo “bomba” figura como uma antífrase: não há possibilidade de tomá-lo, aqui, como referência ao aparato bélico, uma vez que encerra um outro sentido, o de que o aluno não obteve êxito na prova.

Segundo Courtés (1991), a enunciação é uma instância propriamente linguística ou, mais largamente, semiótica, logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado e cujos traços e marcas são recuperados nos discursos examinados. Sua efetivação depende do sincretismo de três categorias: *eu-aqui-agora*, que projetadas ou negadas no enunciado, fabricam o discurso. Dessa forma, a discursivização é o procedimento gerador da pessoa, do espaço e do tempo da enunciação e, ao mesmo tempo, da referencialização actancial, espacial e temporal que, conseqüentemente, se inscreve no enunciado.

Os mecanismos de instauração de pessoas, espaços e tempos no enunciado são dois: *debreagem* e *embreagem*. A *debreagem* consiste em

abandonar, em negar a instância fundadora da enunciação, e em fazer surgir, como consequência, um enunciado cuja articulação actancial, espacial e temporal, guarda como na memória, sobre um modo negativo, a estrutura original do eu-aqui-agora. É somente através dessa operação de negação que se pode vislumbrar a passagem da esfera de produção enunciativa para o patamar da realização, ou seja, do enunciado. Ademais, o processo de negação recai sobre cada um dos três componentes da instância enunciativa. Assim, o *não-eu*, obtido por esse procedimento, equivale então a um ele, o que Benveniste designou, em seu célebre artigo *Da subjetividade na linguagem* (1976: 284), de não-pessoa. A terceira pessoa não implica uma pessoa em particular, porque pode representar qualquer sujeito ou nenhum e esse sujeito, inscrito ou não no discurso, não é jamais instaurado como actante da enunciação. Corresponde àquele de que *eu* e *tu* falamos, pertencendo, pois, ao enunciado. Paralelamente, ao não-aqui que estabelece a debreagem espacial corresponde a categoria do *algures*, assim como a denegação do *agora* dá lugar a um *então*. As reflexões acima podem ser expressas, visualmente, pelo seguinte esquema:

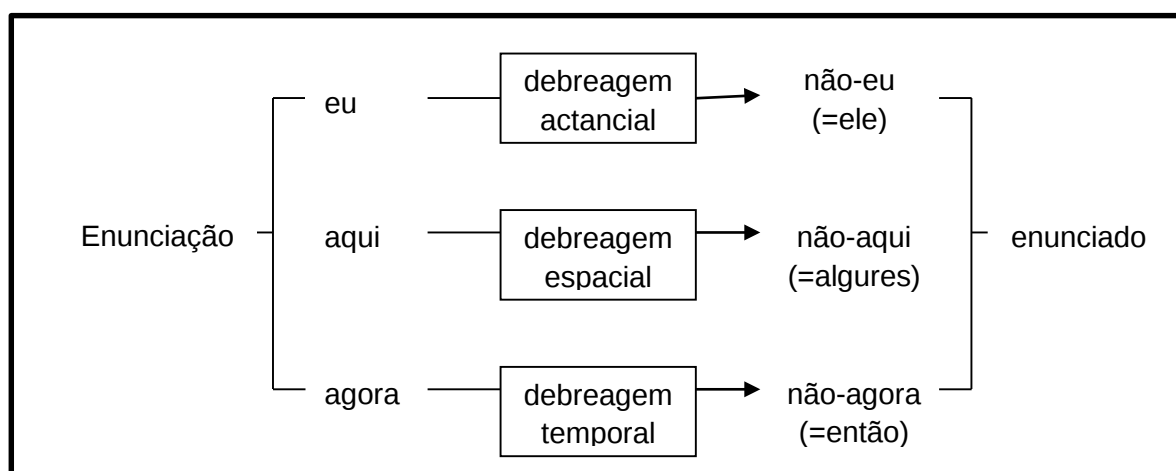


Figura 1. Debreagem

O procedimento de debreagem, que assegura a passagem da instância da enunciação à do enunciado, responde, em sentido inverso, ao mecanismo denominado embreagem que visa o retorno à esfera da enunciação. Para dizer a verdade, esse retorno é absolutamente impossível. Se a reconstrução da enunciação só acontece mediante a recuperação dos traços deixados no enunciado, a volta ao estado histórico de produção enunciativa desencadearia o desaparecimento do enunciado, o que, por sua vez, impediria totalmente a restauração da enunciação. O que se pode ter, de fato, é uma embreagem parcial que corresponde, ao menos, a um esboço de um retorno e, pressupõe, evidentemente, uma debreagem prévia:

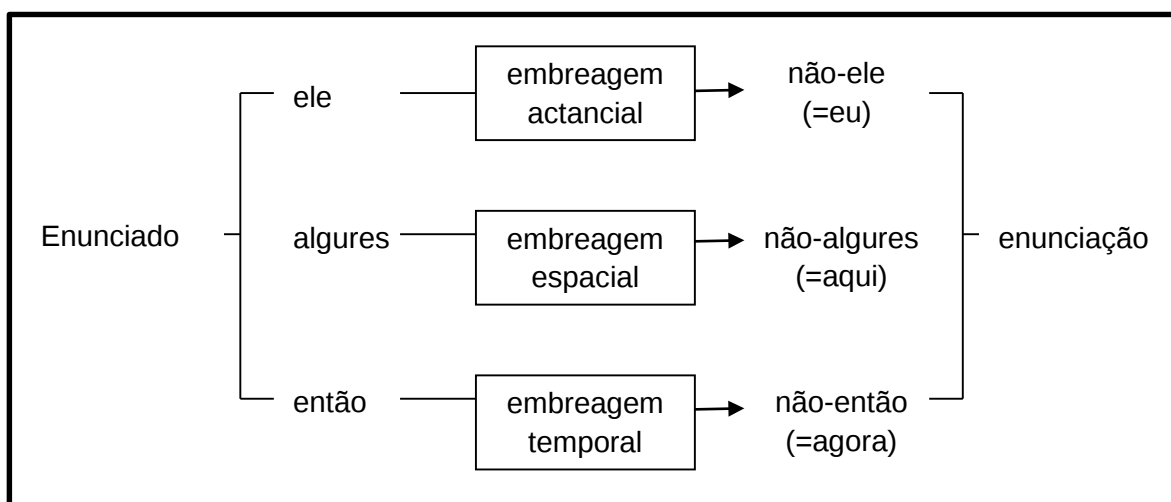


Figura 2. Embreagem

O sistema de referencialização actorial, centrada nos mecanismos de debreagem e embreagem, obedece a uma hierarquização que leva em consideração as diferentes instâncias enunciativas instauradas no texto, todas correlacionadas com a identidade do sujeito enunciador. O primeiro patamar da enunciação goza, então, da presença do actante enunciador, cuja instauração põe em cena, numa relação de alteridade, o actante enunciatário. Ambos pertencem à enunciação considerada

enquanto quadro implícito e logicamente pressuposto pela materialidade do enunciado, o qual retém os sinais que permitem “regenerá-la”. Nesse âmbito, enunciador assume a função discursiva de destinador implícito da enunciação e o enunciatário exerce o papel, também presumido, não estruturalmente expresso, de destinatário da atividade enunciativa. Se *eu* e *tu* se constroem e se posicionam, convergentemente, na situação de enunciação, pode-se afirmar, com veemência, que o “cargos” de enunciatário não se restringe apenas a recepcionar o discurso, mas também, e sobretudo, de produzi-lo uma vez que se apresenta “como filtro e instância pressuposta do ato de enunciar” (FIORIN, 2002: 65).

O segundo patamar do ordenamento enunciativo comporta a existência de um narrador e de um narratário instalados, explicitamente ou não, no enunciado. Referem-se, estes, a desdobramentos diretos do sujeito da enunciação. Mesmo nos textos construídos a partir do ponto de vista de um narrador aparentemente ausente, há, indubitavelmente, uma esfera inscrita no enunciado que assume a responsabilidade pelas avaliações e interpretações, em suma, pelo dito. Ainda que se conceba um objeto semiológico desprovido de interpretação, o que, em termos linguísticos, é absolutamente impossível, testemunhar-se-ia, certamente, uma organização referencial do universo enunciativo, erigida pelo sujeito narrador, alicerçada na distribuição dos atores (interlocutores), na construção dos espaços, nas projeções temporais, etc. De modo análogo, todavia, em nível não tão complexo, o narratário pode vir a demarcar sua presença no discurso-enunciado, caso o narrador estabeleça um elo direto com ele, dirigindo-lhe concretamente

a palavra, ou de modo tácito, quando constitui uma imagem projetada, estrategicamente, pelo narrador.

A terceira instância concernente à hierarquização enunciativa emerge quando o narrador delega a voz a um actante do enunciado, produzindo uma debreagem interna que instaura um diálogo. Cria-se, então, um simulacro da própria esfera da comunicação, cuja instalação, no interior do discurso, faz surgir, em condição pressuposta e dialética, os actantes responsáveis pela efetivação da atividade comunicativa – o destinador e o destinatário – que, nesse contexto, exercem as funções de interlocutor e interlocutário. Observe-se a diagramação seguinte:

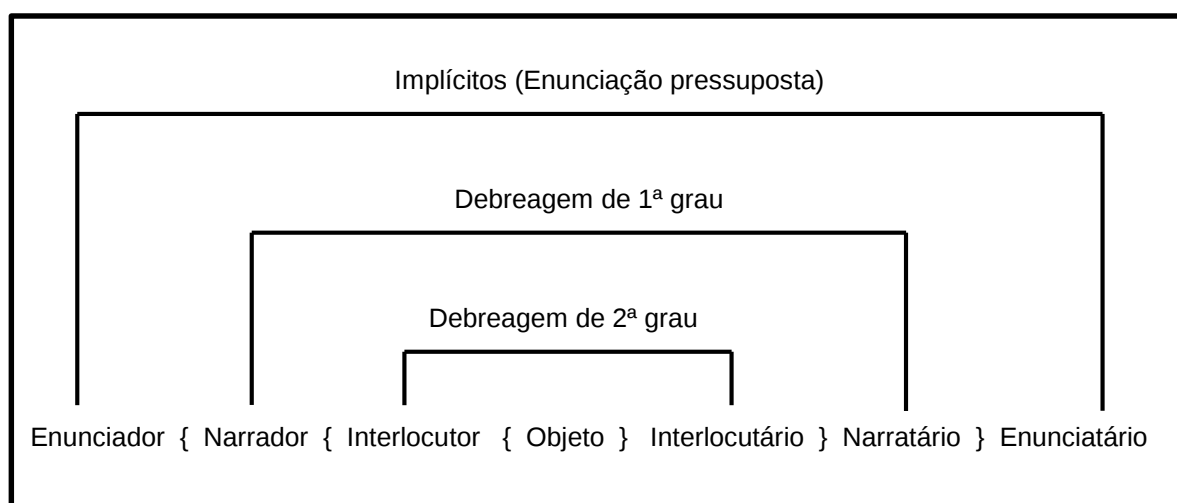


Figura 3. Enunciação Pressuposta

É preciso dizer que esse esquema não aparece nas tramas discursivas com esta ordenação metódica. A depender do universo de discurso, tal hierarquização sofre determinadas transformações ou complicações. No caso da literatura oral, especificamente nos romances tradicionais, observa-se uma neutralização ou um apagamento da instância ocupada pelos actantes narrador e narratário. Em determinadas peças, o sujeito enunciador e o seu correlato dialético, o

enunciatório, projetam no enunciado os interlocutores (atores) que, em situação dialógica, passam a ter a “autonomia” do processo enunciativo. É o que ocorre, por exemplo, no romance *La condessa*, cujo enredo se desenvolve a partir do confronto dialógico fincado entre a Condessa, detentora de belas filhas, e o cavaleiro e/ou rei, que pretende desposar uma das donzelas. Aparentemente, a enunciação serve aos propósitos desses protagonistas:

*— Ó condessa, condessinha, condessa de Aragão
Vinha te pedir uma filha das mais lindas que elas são.*

Em outras narrativas, no entanto, acontece uma convergência, uma cumplicidade enunciativa entre os pares discursivos enunciador / enunciatório e interlocutor / interlocutário. Nesse caso, os atores estão embreados no enunciado, criando uma atmosfera real de comunicação, como se realmente fossem os verdadeiros responsáveis pela materialização do discurso. Tal fenômeno atinge, a título de exemplo, o romance popular *Miguelzinho*, caracterizado, em termos de enredo, por um menino que, triste com a morte da irmã, dirige-se, todas as manhãs, para a tumba dela onde pede a Deus que a traga de volta. O discurso se desenvolve em primeira pessoa, do ponto de vista do protagonista, forjando a impressão de que a história está acontecendo no momento em que é enunciada, acentuando, dessa forma, o seu caráter veridictório:

*— Papai do céu, por favor deixa voltar a maninha
Ela nunca mais brincou está tão triste coitadinha
Lá em casa todos choram a mamãe vive a chorar
A vovó só conta estória quando a maninha voltar
Deus, atende o meu pedido ela não suja o vestido
Eu vou segurando o véu e depois que a vovó contar
A maninha voltará pra dormir com Deus no céu*

A crítica literária e diversas teorias que se dizem voltadas para o discurso continuam postulando, erroneamente, que os mecanismos de debreagem e embreagem criam, essencialmente, dois efeitos de sentido: o de objetividade e o de subjetividade. Os fenômenos enunciativos não se limitam a essa visão simplória e ingênua. Um discurso que se constrói sobre os simulacros do eu-aqui-agora pode ser tão ou mais objetivo quanto aquele cujas marcas de enunciação foram eliminadas. Subjetividade e objetividade não são fenômenos estruturais que se fincam na superfície do discurso. São antes, procedimentos ideológicos que fazem vir à tona as intenções e valores daqueles que, competentemente, deles fazem uso. Recorrendo mais uma vez ao universo popular, tem-se o romance *Margarida*, erigido predominantemente em terceira pessoa, mas que concentra fortes traços de subjetividade. Constatemos:

*Margarida não tinha mãe Alfredo não tinha pai
Era um amor entre os dois que não se via em ninguém bis
Alfredo fez uma viagem e prometeu de voltar
Margarida que tanto esperava nada de Alfredo voltar
Alfredo em campos de batalha seu corpo estremeceu
Quando soube da notícia que Margarida morreu
Margarida, por Deus te peço pelo Santo amor de Deus
Quando chegar lá no céu rogas por mim a Jesus bis*

O enunciador, embora aparentemente distanciado do universo enunciativo, detém um olhar, um dizer intensamente subjetivo. A caracterização de Margarida e Alfredo assenta, já no início, sob a esfera do sofrimento, uma vez que são órfãos, respectivamente, da figura materna e paterna. Na tradicionalidade do texto, cabe à mãe a função de educar os filhos, de dar-lhes afeto, e ao pai, reserva-se o dever de proteger a família, de provê-la. Assim, a união dos dois jovens se complementa na ausência: Margarida busca o amor em Alfredo e este almeja a realização,

o abrigo em Margarida. Não é à toa que entre eles reside um sentimento “*que não se via em ninguém*”. Por motivos não expressos, o valente Alfredo viaja para lutar na guerra, mas promete à amada voltar. O destino lhes é cruel e Margarida, não suportando a longa espera, desfalece. A causa da morte é evidenciada através do elemento intensificador <tanto> presente no verso “*Margarida que tanto esperava nada de Alfredo voltar*”. Há, então, uma avaliação da condição de espera de Margarida realizada pelo enunciador, que interfere, subjetivamente, ao apreciar o fato.

Ao receber a notícia da morte de sua amada, Alfredo fica profundamente perturbado. Essa constatação, mais uma vez, sofre intervenção estratégica do enunciador que, para enfatizar o transtorno que a perda da mulher diletta causara no desafortunado mancebo, projeta sobre o discurso uma estrutura linguística que o lança na cena enunciativa: “*Alfredo em campos de batalha seu corpo estremeceu*” O tremer do corpo só poderia ser descrito por alguém que, de fato, estivesse a observar Alfredo quando este fora tomado pela tristeza. Infere-se, depois dessas ponderações, que extrair os vestígios da enunciação de um texto, não garante que sua enunciação proceder-se-á de forma objetiva.

Componentes semânticos

É de responsabilidade da SEMÂNTICA DISCURSIVA descrever e explicar os procedimentos semiológicos que permitem a conversão dos percursos narrativos em percursos temáticos e o revestimento destes por meio das figuras. Na epistemologia canônica da semiótica, a tematização e a figurativização correspondem a realizações do sujeito da enunciação,

que as utiliza como mecanismos geradores e mantenedores da coerência discursiva.

Na tematização, os valores semânticos que instauram o sujeito no patamar narrativo são convertidos, no nível discursivo, em unidades abstratas denominadas temas, as quais se organizam em percursos. Pertencem ao domínio das ideias, pois não se referem a algo existente no mundo exterior, mas a elementos capazes de organizar, distribuir e, principalmente, ordenar a realidade apreendida por mediação dos sentidos. Em suma, os temas caracterizam-se por seu aspecto propriamente conceptual.

Para revestir os temas, o sujeito da enunciação faz uso do processo de figurativização que consiste em selecionar, do seu sistema de representação, intensamente regulado e alimentado pelas coerções sociais e, sobretudo, culturais, as figuras que poderão concretizar as categorias temáticas que, abstratamente, tangenciam o discurso. Segundo Courtés (1991), será considerada figura, de um dado universo de discurso (verbal ou não-verbal), todo elemento diretamente reportado a um dos cinco sentidos tradicionais: a visão, a audição, o olfato, o paladar e o tato. Resumindo, tudo o que se relaciona à percepção.

Conforme o modo de concretização da estrutura narrativa, os versados em semiótica preveem a existência de dois tipos de texto: o temático e o figurativo. Este se constrói sobre entidades que remetem ao mundo natural, trazendo para a superfície discursiva, espetáculos reais, nos quais se presentificam seres (humanos ou não), objetos, paisagens que impedem que se deforme, interpretativamente, a realidade. Aquele, todavia, procura explicar os fatos e as coisas do mundo exterior, buscando distinguir, organizar e, o mais importante, interpretar a realidade que, abstratamente, se apresenta no discurso. Recuperar, como

exemplo, os textos populares, poderá didatizar o exposto. Assim, do grandioso universo da literatura tradicional, extraímos o romance oral *O canário*, que narra a desventura de um pássaro (um canário) que é dado de presente a uma menina que passa, a partir daquele momento, a engaiolá-lo. No entanto, triste por está preso, a pobre ave adoece. Sua dona manda chamar um médico que o examina imediatamente. Nada adianta, e depois de alguns dias o canário vem a falecer:

Eu tinha um canário que me deram de presente bis
Quando era de madrugada meu canário acordava a gente bis
Mandeï chamar o doutor pra fazer uma operação bis
Pra salvar o meu canário da veia do coração bis
Meu canário ficou triste no domingo adoeceu bis
Na segunda, bateu asa na terça, ele morreu bis

O texto, em questão, é totalmente coerente no que diz respeito à verossimilhança, uma vez que as projeções actanciais e temporais se revelam condizentes e adequadas à realidade do sujeito produtor. A menina, o canário e o doutor são interlocutores figurativos cuja existência pode ser atestada, comprovada, e, precipuamente, aceita pelo enunciatário. A figurativização temporal obedece a um ordenamento lógico: o canário é entregue à menina, em seguida ele é preso, adoece posteriormente e finalmente morre. Além disso, a forma de conceber o tempo, ao utilizar as figuras *domingo*, *segunda*, resgata uma norma social solidificada em determinadas comunidades humanas. Em termos temáticos, a narrativa se expande: depreende-se o tema da *opressão*, realizada por aqueles que, estando em posição contrária, são indiferentes aos sentimentos do outro. Observa-se, também, o tema da *exploração velada*, visto que o sujeito menina parece apreciar a ave, mas se mostra indiferente a sua prisão. Sua preocupação em salvar o canário, encerra um propósito negativo – ela teme perder o objeto de prazer.

A figurativização pode apresentar-se de maneiras distintas nos diversos tipos de discurso. Há aqueles que comportam um investimento figurativo esporádico, acarretando, com isso, um revestimento apenas parcial dos percursos temáticos, que passam, então, a se constituírem de isotopias temáticas. É o que ocorre, por exemplo, no discurso científico, predominantemente, construído sobre enunciados abstratos. Por outro lado, as figuras podem se propagar em todo o discurso, ordenando-se por meio de isotopias figurativas, como é o caso do discurso literário, que requer uma referencialização enunciativa mais concreta. Assim, é possível afirmar que não existem discursos não-figurativos, mas antes discursos em que, ao contrário do literário, prima por um processo de figurativização menos intenso.

As redes de figuras que se imprimem num texto contribuem para definir os interlocutores cujos comportamentos são regidos, conduzidos e estereotipados pelos papéis temáticos que assumem na instância discursiva. Justifica-se, então, a posição metodológica da semiótica de abandonar a designação de interlocutor e recuperar, do universo teatral, a denominação de ator, termo mais condizente com a constituição físico-biológica dos personagens que se inscrevem no enunciado e, principalmente, com as diversas funções por eles desempenhadas.

Entende-se por papel temático a qualificação ou o atributo de um ator. Pode prender-se a uma esfera social (pai, mãe, marido, soldado), sintetizar um conteúdo psicossociológico (Cinderela, é caracterizada, em quase toda a narrativa, como a pobre e humilhada donzela) e, em determinadas enunciações, condensar uma valorização moral (a Madrasta da Branca de Neve é concebida como má, perversa, extremamente, invejosa). A noção de ator, por sua vez, implica uma figura, lexicalmente individualizada, capaz de assumir um ou vários

papéis. Nesse caso, apresenta-se como uma entidade estritamente semântica que se define, linguisticamente, por abarcar os semas: a) unidade estruturalmente figurativa, capaz de referencializar entes de natureza antropomórfica, zoomórfica ou outras; b) categoria animada, com competência para agir discursivamente; e c) instância passível de individuação, materializando-se no texto pela atribuição de nomes próprios ou papéis temáticos.

Na literatura erudita, é comum se deparar com obras cujos personagens são ardilosamente projetados a partir de denominações específicas que garantem a sua permanência mítica. É assim que continuam intocáveis e estáticas as personagens *Iracema*, de Alencar e *Isaura*, de Bernardo Guimarães. São figuras restritas ao universo imaginativo, pertencem a um tempo que não é o do leitor e, portanto, conservam-se distantes do mundo real, exterior. Diferentemente, os romances populares, de realização oral, primam por papéis temáticos genéricos que estendem a narrativa, situando-a mais próxima daquele que a produz. Assim, o *cangaceiro*, a *condessa*, o *marido traído*, a *namorada cruel* podem ser referentes de qualquer sujeito, podem ocupar outros espaços, podem ser enunciados em outro tempo, em suma, podem ser reconstruídos incessantemente pela dinâmica da memória e da cultura popular. São atributos sociais e morais que não se restringem a uma dada História, caminham e se transformam com as gerações.

O ator concentra outras complexidades que vão além de seu investimento semântico. Ele não se limita a ocupar o nível discursivo, estando também integrado na narrativa, onde é o responsável direto pela ordenação sintática. Nesse âmbito, a figura do ator aparece como o lugar de convergência e de união das estruturas narrativas e das estruturas

discursivas, do componente sintático e do componente semântico, visto que está incumbido, simultaneamente, de pelo menos um papel temático e de um revestimento actancial. Trazendo à tona a opinião de Greimas:

É a assunção dos papéis temáticos pelos papéis actanciais que constitui a instância mediadora que dispõe a passagem das estruturas narrativas para as estruturas discursivas. (1973: 175)

Os dois níveis – narrativo e discursivo – embora estejam interligados numa relação hierárquica ou de subordinação, não se encontram sobrepostos termo a termo. O casamento entre ator e actante está longe de configurar um sistema de inclusão de uma ordem numa determina classe. Assenta, na verdade, num processo de combinação de funções, de desempenhos. Ou seja, um actante (A_1) pode ser manifestado no discurso por vários atores (a_1, a_2, a_3) e, inversamente, um só ator (a_1) pode constituir o sincretismo de vários actantes (A_1, A_2, A_3):

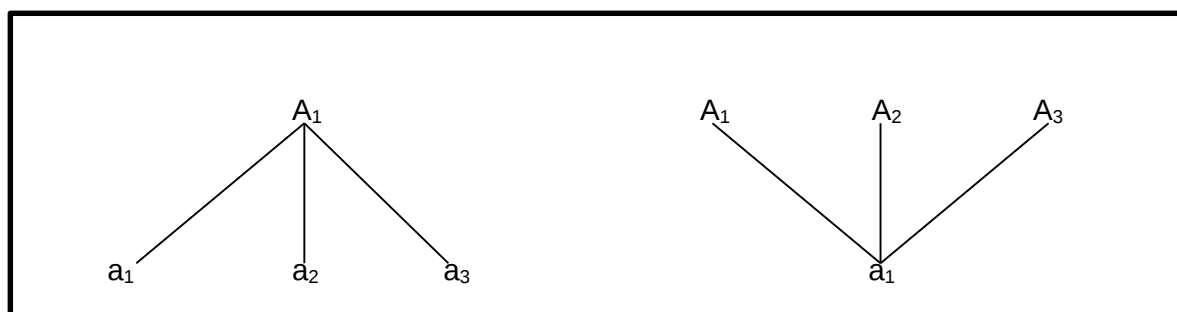


Figura 4. Sincretismo actancial e actorial

Em termos discursivos, o conflito interior, que a teoria literária admite ocorrer somente quando o personagem mergulha num estado de inquietação e de interrogação da sua condição humana ou social, ganha um enfoque mais concreto e preciso, ao ser concebido como o resultado do sincretismo actancial que atinge um determinado ator. Tem-se, então, uma estrutura actorial subjetiva, caracterizada pela presença de

um só ator que assume todos os actantes e papéis actanciais, desencadeando uma alteração dramática em seu íntimo, “obrigando-o” a tomar outros rumos, ou seja, a realizar outros percursos; e uma estrutura actorial objetiva, quando para cada actante ou papel actancial corresponde um ator diferente, que, geralmente, realiza percursos ordenados sem ocorrência de rupturas.

Referências

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. 1990. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Editora Ática.
- BATISTA, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita. 2000. *A tradição ibérica no romanceiro paraibano*. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB.
- BENVENISTE, Émile. 1976. *Problemas de Linguística Geral I*. São Paulo: Pontes.
- _____. 1989. *Problemas de Linguística Geral II*. São Paulo: Pontes.
- CORTINA, Arnaldo & MARCHEZAN, Renata Coelho. 2004. Teoria Semiótica: a questão do sentido. In: *Introdução à Linguística – Fundamentos Epistemológicos*. São Paulo: Cortez.
- COURTÈS, Joseph. 1991. *Analyse Sémiotique du Discours*. De l'énoncé à l'énonciation. Paris: Hachette.
- _____. 1979. *Introdução à Semiótica Narrativa e Discursiva*. Coimbra: Livraria Almedina.
- FIORIN, José Luiz. 1998. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Editora Ática.
- _____. 2005. *Elemento de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.
- _____. 2002. *As astúcias da enunciação – As categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Editora Ática.
- GREIMAS, A. J. 1977. Os Atuantes, os Atores e as Figuras. In: *Semiótica Narrativa e Textual*. São Paulo: Cultrix.
- _____. 1973. *Semântica Estrutural*. São Paulo: Cultrix/Edusp.
- _____. 1976. *Semiótica do discurso científico*. Da modalidade. São Paulo: Difel.
- _____. *Sobre o Sentido: Ensaio Semióticos*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____. 1983. *Du Sens II: Essais Sémiotiques*. Paris: Éditions du Seuil.

GREIMAS, A. J., LANDOWSKI, Erick. 1986. *Análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo: Global.

GREIMAS, A. J., COURTÈS, Joseph. 1979. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette.

HJELMSLEV, L. 1973. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva.